



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

Propósito

Assunto da Reunião:	Reunião do conjunta: Comitê de Governança de TIC (CGTIC) Comitê Gestor de Segurança da Informação (SGSI)
Data da Reunião:	06/05/2020 14h
Local da Reunião:	VIDEOCONFERÊNCIA
Próxima Reunião	

Convocados: CGTIC e CGSI

Nome	Unidade	Função
PLAUTO CARNEIRO PORTO	Presidência	Desembargador - Presidente
FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA FORTUNA	7ª VT de Fortaleza	Juiz do Trabalho
FERNANDO ANTÔNIO DE FREITAS LIMA	Gabinete da Presidência	Secretário-Geral da Presidência
NEIARA SAO THIAGO CYSNE FROTA	Diretoria-Geral	Diretora-Geral
PATRICIA CABRAL MACHADO	Secretaria de Gestão Estratégica	Secretária
JOAREZ DALLAGO	SETIC	Secretário
FRANCISCO OTAVIO COSTA	16ª VT de Fortaleza	Diretor
REGINALDO GARCIA DUPIM	NGTIC	Coordenador
ANA VIRGINIA LIMA DE LUCENA	Arquivo	Chefe da Seção
HUGO CARDIM PINHEIRO	Divisão de Comunicação Social	Diretor
IGOR BESSA MENEZES	SETIC	Chefe de Seção
RONALDO SOLANO FEITOSA	12ª VT de Fortaleza	Juiz do Trabalho





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

Pauta	Deliberação
0. DECRETO MUNICIPAL Nº 14.663, DE 05 DE MAIO DE 2020 - Institui, no Município de Fortaleza, a Política de Isolamento Social Rígido como Medida de enfrentamento à COVID – 19, e dá outras providências	
<p>Ficamos impedidos de ir no TRT para manutenção/troca de notebooks ?</p> <p>Ficamos impedidos de ir no TRT para execução dos procedimentos de backup?</p> <p>Vamos precisar de comprovação para apresentar à autoridades para garantir a circulação ?</p> <p>https://drive.google.com/file/d/1QSyllnYNmyDbxz5ZJ4XFRG8k_IIRkCVq/view?usp=sharing</p>	<p>Comitê entende que não está impedido o deslocamento de servidores para as atividades essenciais e presenciais nas dependências do Tribunal, conforme regulamentação do PJ.</p> <p>Importante portar o crachá do Tribunal ou identificação funcional.</p> <p>O Art. 15 estabelece que a fiscalização será de conscientização.</p>
1. Férias de Servidores da SETIC (CGTIC)	
<p>Considerando que a SETIC tem recebido, em função do teletrabalho obrigatório, carga de demandas acima do normal.</p> <p>Considerando que a SETIC está conduzindo projetos, como por exemplo a implantação do PJe Mídias, que precisa ocorrer dentro deste período de teletrabalho.</p>	<p>Fernando ressalta que é competência da Presidência deliberar sobre esses pedidos. Presidente se abstém da manifestação, por ser justamente quem irá decidir o pedido. Joarez da ciência do pedido e dos impactos</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

<p>Considerando a necessidade de acompanhamentos das Sessões telepresenciais;</p> <p>Considerando a importância, neste momento, de prosseguir com o planejamento da contratação de ampliação e modernização do Gabinete Virtual;</p> <p>Solicita a aprovação, em caráter excepcional, da suspensão de férias programadas para o mês de maio dos seguintes servidores:</p> <p>Reginaldo Dupim (06/05 à 15.05)</p> <p>Germano Cunha (11.05 à 25.05)</p> <p>Obs: O inciso X do Art. 3º do Ato Conjunto n. 6/CSJT.GP.GVP.CGJT, de 4 de maio de 2020, define os serviços de TIC como essenciais à manutenção mínima da JT.</p> <p>http://www.csjt.jus.br/web/csjt/ac-csjt-cgjt-2020</p>	<p>nas atividades.</p> <p>Comitê entende que a SETIC deverá fazer o pedido e encaminhá-lo pelo fluxo normal.</p>
<h3>2-Gestão dos documentos no ambiente de colaboração.</h3> <p>(CGSI e CGTIC)</p>	
<p>A SETIC sugere que seja adotado para o serviço de colaboração em nuvem - google ou outro que venha a substituí-lo - o modelo <u>enterprise</u>.</p> <p>Existem diversas vantagens neste modelo, mas entendemos que os principais são:</p> <p>a- "Drive corporativo".</p>	<p>-Comitês reconhecem a importância da demanda.</p> <p>-Autorizada a confecção do DOD e pedido de coparticipação em licitação nacional.</p> <p>-Condicionado à análise orçamentária,</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

<p>Atualmente usamos um serviço denominado “standard”, onde cada Servidor ou Magistrado mantém os documentos (e pode fazer o que quiser com eles) em área própria, usando o recurso de compartilhar apenas quando há necessidades específicas, mas o arquivo permanece nessa área e se for editado ou excluído ou demais usuários nada podem fazer.</p> <p>b-Gravação de videoconferências;</p> <p>c-serviço de cópia de segurança;</p> <p>d-armazenamento ilimitado;</p> <p>O serviço corporativo custa aproximadamente o dobro do valor atualmente pago, que é 160 mil reais ano, portanto 320 mil. Entretanto, tal migração reduziria a necessidade de espaço de armazenamento do datacenter do TRT7, bem como nas VT's do interior (essa redução ainda não foi precificada).</p> <p>Há licitação nacional sendo elaborada pelo TRT15, o qual a SETIC irá sugerir a coparticipação. Há possibilidade de outros fornecedor vencer (Microsoft, por exemplo). Mas os requisitos serão mantidos.</p> <p>Caso o CGTIC entenda pertinente a demanda, a SETIC irá expedir o documento de oficialização da demanda (DOD).</p>	<p>em especial por se tratar de despesa continuada.</p> <p>-Se for necessário redução o Comitê deverá conhecer as opções de remanejamento orçamentário.</p> <p>-Há uma despesa continuada de 35 mil que, smj, poderá ser redirecionada para essa demanda.</p> <p>-Esse assunto deverá ser incluído na pauta da próxima reunião.</p>
<h3>3. Contratação de serviços de operação de banco de dados Oracle e Postgres.</h3> <p>(CGTIC)</p>	
<p>Planejamento Orçamentário Prévio desta contratação para 2021</p> <p>Valor previsto: R\$ 205.200,00 para contratação do serviço, em volume equivalente à 1 profissional, 8 horas dia, somente em dias úteis. Sem serviço de monitoramento.</p>	<p>-Comitês reconhecem a importância da demanda.</p> <p>-Autorizada a confecção do DOD.</p> <p>-Condicionado à análise orçamentária,</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

<p>Exemplo de contratação recente (CJF):</p> <p>http://www.justicafederal.jus.br/cjf/transparencia-publica-1/licitacoes/pregao-eletronico/24-2019/documentos/edital-pe24-2019-sustentacao-de-ambiente-ti.pdf</p> <p>Caso aprovado será emitido o Documento de Oficialização da Demanda.</p> <p>Relatório dos incidentes de segurança da informação:</p> <p>https://docs.google.com/document/d/1rYNp7YLhBqw4V9Zljludi/bdX36O9D2-g3P-dJXRvU/edit?usp=sharing</p>	<p>em especial por se tratar de despesa continuada.</p> <p>-Essa demanda é prioridade em relação à anterior (google enterprise).</p> <p>-Se for necessário redução o Comitê deverá conhecer as opções de remanejamento orçamentário.</p> <p>-Esse assunto deverá ser incluído na pauta da próxima reunião.</p>
<h3>4. Próximo ciclo de planejamento - PETIC 2021/2025</h3> <p>(CGTIC)</p>	
<p>Idealmente deveria começar agora (junho) em função de todas as etapas necessárias para um planejamento de longo prazo.</p> <p>Proposta de iniciar a construção do próximo PETIC (2021 a 2025) em setembro de 2020.</p> <p>Até o mês de agosto de 2020 existem muitos projetos em andamento e também auditoria de governança e gestão de TIC, de 29/06/2020 à 30/10/2020, sendo que inspeção <i>in loco</i> está marcada para o período de 3 a 7 de agosto. Há também possibilidade de mudança de metodologia.</p>	<p>Aprovada.</p>
<h3>5. Acompanhamento do PDTIC</h3> <p>(CGTIC)</p>	
<p>5.1 Proposta de estender o período do PDTIC atualmente até junho de 2020, para 31/12/2020, com o</p>	<p>Aprovado.</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

propósito principal de coincidir com o final de gestão atual. Incluir quadro resumo.											
<p>5.2 Proposta de Projeto e Parecer Técnico - DSTIC - 559 - Projeto para construção de painel de acompanhamento de contratações - PROAD 7792/2019.</p> <p>A proposição da SETIC é pelo uso do SILC (já disponível), evitando-se ainda mais controles manuais para a já onerada área de licitações e contratos, que precisariam alimentar outra fontes de dados para a exibição deste painel.</p>	<p>Sobrestar até o efetivo uso do SILC, para avaliar se atende a necessidade.</p>										
6. Plano de capacitação de TIC para 2020 (CGTIC)											
<p>https://docs.google.com/spreadsheets/d/1jBq64_2ZgqzZ6etmegXBv3UYV249xZ4XDKU61IWuxKM/edit?usp=sharing</p> <table border="1" data-bbox="236 1265 1045 1478"><thead><tr><th>TOTAL POR PRIORIDADE</th><th>NECESSIDADE</th></tr></thead><tbody><tr><td>MUITO ALTA</td><td>R\$ 4,890.00</td></tr><tr><td>ALTA</td><td>R\$ 69,576.98</td></tr><tr><td>MÉDIA</td><td>R\$ 0.00</td></tr><tr><td>TOTAL GERAL</td><td>R\$ 74,466.98</td></tr></tbody></table>	TOTAL POR PRIORIDADE	NECESSIDADE	MUITO ALTA	R\$ 4,890.00	ALTA	R\$ 69,576.98	MÉDIA	R\$ 0.00	TOTAL GERAL	R\$ 74,466.98	<p>Aprovado.</p> <p>Limite de 50 mil (base 2019)</p>
TOTAL POR PRIORIDADE	NECESSIDADE										
MUITO ALTA	R\$ 4,890.00										
ALTA	R\$ 69,576.98										
MÉDIA	R\$ 0.00										
TOTAL GERAL	R\$ 74,466.98										



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

7. Módulo de assinatura do Pje por QRCODE

(CGSI e CGTIC)

Exposição de motivos para uso da funcionalidade de assinatura por QRCODE:

https://docs.google.com/document/d/1Ua-2r17Sv7077DSaXijJPCi9jw8cmdX3v_ctMmBzzA4/edit?ts=5ea8a963

Apesar das vantagens evidentes, a utilização do Assinatura 2.0 traz alguns riscos, que precisam ser levados em consideração.

1. Em que pese as medidas de segurança de TIC praticadas pelo Tribunal, acreditamos que há um risco de segurança envolvido, dado que um atacante (hacker) que conseguisse a posse dessas informações poderia assinar documentos (e-Social, PJe) como se fosse o representante legal do Tribunal.

2. Como o documento é assinado digitalmente pelo certificado digital do Tribunal, não há uma forma intrínseca de auditar quem realmente o assinou. Essa informação é armazenada externamente em um registro de um banco de dados. Caso haja algum tipo de alteração desse registro, intencional ou não, torna-se impossível descobrir quem foi o real autor do documento.

TST - EM HOMOLOGAÇÃO;
TRT-01 - AVALIANDO (FASE FINAL TESTES - LANÇAMENTO PRÓXIMA SEMANA);
TRT-02 - NÃO RESPONDEU;
TRT-03 - SIM (ALGUNS MAGISTRADOS)
TRT-04 - SIM
TRT-05 - SIM
TRT-06 - SIM
TRT-07 - AVALIANDO
TRT-08 - NÃO
TRT-09 - SIM
TRT-10 - AVALIANDO
TRT-11 - NÃO -- USA OUTRA SOLUÇÃO (SERPRO)
TRT-12 - AVALIANDO -- JUÍZES SIM / SERVIDORES NÃO
TRT-13 - SIM
TRT-14 - AVALIANDO
TRT-15 - SIM

-Não autorizada a implantação em produção.

-Está previsto pelo TRT5 (desenvolvedor) corrigir a falha de segurança, mas não há data definida. Joarez fará contato com o TRT5.

-Comitê autoriza a continuidade das atividades de testes e homologação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

TRT-16 - AVALIANDO TRT-17 - SIM TRT-18 - SIM TRT-19 - SIM TRT-20 - NÃO RESPONDEU TRT-21 - AVALIANDO TRT-22 - NÃO TRT-23 - NÃO TRT-24 - AVALIANDO	
8. Sistema de Gestão de Segurança da Informação. (CGSI e CGTIC)	
PROAD 7834/2019 - Apreciar o processo do SGSI e o escopo de atuação para 2020 e 2021. DESENHO: https://proad.trt7.jus.br/proad/pages/exibirarquivo/DOCUMENTO%20-%20Desenho%20do%20processo%20de%20gest%C3%A3o%20de%20seguran%C3%A7a%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf?idArquivo=620955 & ESCOPO: https://proad.trt7.jus.br/proad/pages/exibirarquivo/DOCUMENTO%20-%20Formaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20escopo%20do%20SGSI%20para%202020%20e%202021.pdf?idArquivo=620983&	Encaminhar para análise por email.
9. Demandas de Videoconferência e Gravação para Audiências (quando realizadas nas dependências das VT's). (CGTIC - ITEM NÃO APRECIADO NA REUNIÃO DE 13/11/2019)	
a)- Pedido do MPT para participar de audiências no interior por videoconferência.	Apreciar na primeira reunião após o retorno ao trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

<p>Conforme já discutido em reunião com o Secretário Geral da Presidência, os equipamentos que serão distribuídos para uso individual não atendem essa demanda de forma satisfatória.</p> <p>Há previsão de compra no plano de TIC para 2020.</p> <p>Pode ser utilizado, como exemplos, o Google Meet e a plataforma de videoconferência do CNJ destinada aos Magistrados.</p> <p>b) Demandas da OAB sobre gravações e audiências: Gravação dos depoimentos e disponibilização dos links de acesso na ata de audiência, sem transcrição das falas por escrito na referida ata.</p> <p>Pendências: Webcam e microfone para teste piloto (Proad 5796/2019), sistema de gravação, sistema de armazenamento, controle de sigilo, capacitação do secretário de audiência.</p>	<p>presencial.</p>
<p>10. Distribuição das webcams com headset (de uso individual).</p> <p>CGTIC</p>	
<p>Foram adquiridos 50 conjuntos. A distribuição proposta é a seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none">- 19 para VT's do interior.- 16 para Fórum Autran Nunes.- 15 para TRT Sede. <p>A DSSUTIC atenderá as demandas dos usuários de acordo com a sua necessidade de uso, salvo em relação às unidades do interior. Esse item comporá o catálogo de serviços da SETIC.</p>	<p>Aprovada.</p>
<p>11. SPT2 - Processos administrativos - Descontinuar autuação.</p> <p>CGTIC</p>	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

Observamos que o último Processo Administrativo no SPT2 teve sua data de autuação em 12/06/2019. No ano de 2019, apenas 7 processos administrativos foram autuados no SPT2: todos os demais já foram autuados no PROAD.

Assim, para a impedir o uso do SPT2 para novos processos administrativos, **gostaríamos de propor e consultá-los quanto ao fechamento da autuação de processos com a classe Processo Administrativo no SPT2 a partir de Fevereiro de 2020.** Desta maneira, não teríamos processos administrativos novos no SPT2.

Embora a quantidade de processos administrativos autuados no SPT2 em 2019 já tenha sido extremamente baixa, um número que chamou atenção foi: **2431 processos administrativos (autuados até 2019) foram movimentados no ano de 2019 no SPT2, número que considere substancialmente alto.**

Em uma análise adicional, **destes 2431 processos movimentados em 2019, apenas 369 ainda não foram enviados para o arquivo.** Quanto a tais processos, gostaria de propor que iniciássemos a pensar, **caso julguem pertinente, em algum mecanismo de adoção gradual do PROAD em substituição ao SPT2.**

RESUMO:

- 7 autuados em 2019;
- 2.431 movimentados em 2019;
- 369 movimentados em 2019 e ainda não enviados ao arquivo;
- 8.926 Autuados em qualquer ano e nunca enviados ao arquivo
- prováveis erros de lançamento .
- 8.966 documentos protocolados em 2019. Esses documentos são aqueles que podem ser consultados no Menu Documentos
-> Consultar -> Número/Outros.

Aprovado para a classe processo administrativo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

12. Gestão de Riscos.

CGTIC

PROAD 95/2019: Recomendação 2.2: Definir ferramenta para apoiar a implantação da gestão de riscos na TIC.

Apesar da existência no mercado de ferramentas específicas para gestão de riscos, considerando a maturidade atual da SETIC neste processo, sugere-se manter o uso da plataforma de colaboração (Planilhas e Documentos) para a análise e plano de tratamento de riscos.

<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1SLjKcloiKMpgL1f9bsfeF8CTtjZiRzXP>

Há na LOA do TRT7 R\$ 35.000,00 (GND3) para manutenção dessa contratação, assim, caso aprovada a padronização das planilhas como ferramenta de gerência de risco, esse valor deverá ser remanejado para outras demandas.

Há ainda a opção do SOFTWARE PÚBLICO AGATHA desenvolvido pelo Ministério da Economia

<https://softwarepublico.gov.br/social/agatha>

Propomos que essa solução livre seja avaliada pelo Tribunal, como uma das iniciativas do Comitê de Gestão de Riscos. De plano podemos afirmar que essa solução é mais simples que a adotada pelos demais TRT's.

Caso o Comitê entenda pela contratação, a solução padronizada na JT é o software Risk Manager. Nesse caso, é necessário alterar a previsão orçamentária:

Fernando destaca a importância da gestão de riscos e entende que em algum momento será necessário uma ferramenta de apoio.

Aprovado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

<p>2020: R\$ 30.000,00 , sendo R\$ 25.000 (GND4) e R\$ 5.000(GND3) 2021: R\$ 60.000 , sendo R\$ 50.000 (GND4) e R\$ 10.000(GND3) conforme proposta abaixo:</p> <p>O total do investimento é de R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais).</p> <table border="1"><thead><tr><th>Produtos</th><th>Valor</th></tr></thead><tbody><tr><td>Item 1 - Modulo Risk Manager (meu espaço, organização, riscos, compliance, conhecimento, dashboard, integração, Data Analytics, WorkFlow e Administração)</td><td>R\$ 150.000,00</td></tr><tr><td>Item 2 - SLA SaaS (a cada 36 meses)</td><td>R\$ 30.000,00</td></tr><tr><td>Item 3 - Treinamento online - 4 pessoas - Portfolio do Modulo Risk Manager</td><td>R\$ 6.000,00</td></tr><tr><td>TOTAL SW + SLA + Treinamento (SaaS - 36 meses)</td><td>R\$ 186.000,00</td></tr></tbody></table> <p>Este preço corresponde aos seguintes serviços:</p> <ul style="list-style-type: none">Item 1 - Aquisição da Licença no modelo SaaS por 36 meses – R\$ 150.000,00Item 2 - Suporte técnico, incluindo atualização de versão, novos “releases” e bases de conhecimento, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para o software Módulo Risk Manage SaaS - R\$ 30.000,00.Item 3 - Treinamento Online para 4 alunos – Portfolio Modulo Risk Manager – R\$ 6.000,00 <p>Forma de pagamento:</p> <ul style="list-style-type: none">ITEM 1 e 2 - São 36 parcelas iguais (mensais) no valor de R\$ 5.000,00, emitida sempre no 1º dia útil do mês. Sendo a 1ª parcela no início do contrato.ITEM 3 - pagamento integral no valor de R\$ 6.000,00 após a realização do treinamento. <p>OBS: para o modelo SaaS, a Modulo só comercializa o sistema pelo período de 36 meses.</p>	Produtos	Valor	Item 1 - Modulo Risk Manager (meu espaço, organização, riscos, compliance, conhecimento, dashboard, integração, Data Analytics, WorkFlow e Administração)	R\$ 150.000,00	Item 2 - SLA SaaS (a cada 36 meses)	R\$ 30.000,00	Item 3 - Treinamento online - 4 pessoas - Portfolio do Modulo Risk Manager	R\$ 6.000,00	TOTAL SW + SLA + Treinamento (SaaS - 36 meses)	R\$ 186.000,00	
Produtos	Valor										
Item 1 - Modulo Risk Manager (meu espaço, organização, riscos, compliance, conhecimento, dashboard, integração, Data Analytics, WorkFlow e Administração)	R\$ 150.000,00										
Item 2 - SLA SaaS (a cada 36 meses)	R\$ 30.000,00										
Item 3 - Treinamento online - 4 pessoas - Portfolio do Modulo Risk Manager	R\$ 6.000,00										
TOTAL SW + SLA + Treinamento (SaaS - 36 meses)	R\$ 186.000,00										
<p>13. PROAD 1241/2020. CGTIC</p> <p>Pedido de criação de grupo resolvidor "PJE Negócio" que tratará dos chamados relativos ao uso do PJE.</p>	<p>Não aprovado. Comitê entende que é demanda administrativa. Dúvidas devem ser encaminhadas para as Secretarias das VT's e Gabinetes.</p>										
<p>14-Apreciar deliberações tomadas pelo fluxo rápido registradas no Anexo I desta ata: https://docs.google.com/document/d/1xOzFGahU1mT06a6bt1qputnrqH_JCj_J9ljEmUWp5Z0/edit?usp=sharing</p>	<p>Referendadas.</p>										
<p>15-Dar ciência aos Comitês dos assuntos presentes no Anexo II desta ata:</p>	<p>Dado ciência.</p>										



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

<p>https://docs.google.com/document/d/1V8vOymKo5P6FLgEwmCjYzZJvChnaSFlgaUXI818cx9M/edit?usp=sharing</p>	
--	--



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

PRESENTES	ASSINATURA
PLAUTO CARNEIRO PORTO	PROAD
FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA FORTUNA	PROAD
FERNANDO ANTÔNIO DE FREITAS LIMA	PROAD
NEIARA SAO THIAGO CYSNE FROTA	PROAD
PATRICIA CABRAL MACHADO	PROAD
JOAREZ DALLAGO	PROAD
FRANCISCO OTAVIO COSTA	PROAD
REGINALDO GARCIA DUPIM	PROAD
ANA VIRGINIA LIMA DE LUCENA	PROAD
HUGO CARDIM PINHEIRO	PROAD
IGOR BESSA MENEZES	PROAD
RONALDO SOLANO FEITOSA	PROAD

Fortaleza-CE, 06 de maio de 2020

_____proad_____

Reginaldo Dupim



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

Ata da reunião conjunta do Comitê de Governança de TIC (CGTIC) e do Comitê Gestor de Segurança da Informação (SGSI) do dia **06.05.2020 às 14h.**

Anexo I
Referendar deliberações realizadas pelo
fluxo rápido.

TEMA	Deliberação
1-Deliberação quanto à forma e destino de desativação de contas para Magistrados e Servidores desligados	
<p>Destinação dos dados armazenados nas áreas pessoais</p> <p>É importante destacar que a movimentação citada no e-mail se refere aos arquivos do Drive. O Google não possui mecanismo na interface que possibilite a migração dos e-mails. E, uma vez movidos os arquivos, a conta original será removida.</p> <p>Outro ponto é que, tendo em vista que esses arquivos migrados no Drive vão passar a consumir a cota do usuário destinatário, como procedimento, sugerimos consultar o superior hierárquico para saber se ele tem real interesse nos arquivos. Caso contrário, simplesmente removemos a conta.</p> <p>Deliberação pelo fluxo rápido:</p> <p>Acesso à conta de e-mail corporativa de Magistrado desligado (independente do motivo) não pode ser outorgado a qualquer servidor, mas, sim, ser disponibilizado à própria Presidência.</p>	<p>Referendada.</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

<p>Acesso à conta de e-mail corporativa de servidor desligado (independente do motivo) só pode ser outorgado ao seu último superior hierárquico no Tribunal.</p>	
<h3>2. Acompanhamento do PDTIC</h3>	
<p>2.1 DSTIC solicita que o projeto “Revisão do Processo de Desenvolvimento de Software do TRT7 - DSTIC-542” seja priorizado para execução antes do projeto “Novo Portal de Serviços para descontinuar os sistemas legados -DSTIC-529”.</p> <p>Aprovado pelo fluxo rápido.</p>	<p>Referendado.</p>
<p>2.2 Simulador de aposentadoria.</p> <p>A recomendação inicial da SETIC é que se aguarde pela disponibilização plena do simulador de aposentadoria para servidores públicos que está sendo desenvolvido pelo Governo Federal, disponível em https://www.servicos.gov.br/calculadora/. Caso ele não atenda às necessidades do demandante e caso este projeto seja aprovado pelo Comitê de Governança de TIC, o simulador poderá ser desenvolvido localmente no TRT7.</p> <p>Quanto ao Mapa de Tempo de Contribuição, ele não poderá ser desenvolvido por este Regional por já existir funcionalidade semelhante no SIGEP e por vedação das resoluções CSJT no 217/2018 e CSJT no 215/2018. Podemos agendar uma reunião envolvendo Divisão de Recursos Humanos, Secretaria de TIC e Setor de Benefícios Previdenciários para abrir um chamado de melhoria junto ao SIGEP (nacional). A melhoria deverá ser conduzida pelo TRT02, responsável pelo módulo de RH do SIGEP.</p> <p>Demanda foi apreciada e não aprovada pelo fluxo rápido.</p>	<p>Referendada.</p> <p>Pela não aprovação da proposta de projeto.</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

Fortaleza-CE, 06 de maio de 2020

_____proad_____


Reginaldo Dupim



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
Comitê Governança de Tecnologia da Informação

Ata da reunião conjunta do Comitê de Governança de TIC (CGTIC) e do Comitê Gestor de Segurança da Informação (SGSI) do dia **06.05.2020 às 14h.**

Anexo II - Dar ciência

TEMA	CIÊNCIA
1- Testes piloto com o PJe Mídias do CNJ para armazenamento de Audiências e Sessões do TRT7.	
1.1 Audiência de conciliação na 13ª VT de Fortaleza dia 05.05 	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

1.2 Sessão Especializada I de 29/04/2020

☰ PJe Mídias

Voltar



Jose Antonio Parente da Silva

☆ Sessão no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região de 05/05/2020

Sincronizado por: EDNEVALDO MEDEIROS PEREIRA	Tipo de audiência: Sessão
Data da sessão: 05/05/2020 12:06	Sala: 01
Tribunal: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	Unidade: Seção Especializada I
Descrição: Sessão Telepresencial da Seção Especializada I realizada em 29.04.2020, as 10:00 horas	

2. Sistema de Gestão de Segurança da Informação

- Ciência da publicação das cartilhas de segurança da informação. (Campanha de conscientização em segurança da informação).

Cientes.

-As cartilhas foram publicadas na intranet/extranet no página do teletrabalho, incluindo uma notícia e email para ampla divulgação, além de encaminhamento de mensagens de grupos de whatsapp do Tribunal.

https://extranet.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4152:seguranca-da-informacao-conheca-dicas-importantes-para-proteger-seus-dados-e-nao-cair-em-golpes-virtuais&catid=8&highlight=WyJjYXJ0aWxoYXMiXQ==&Itemid=117



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

https://extranet.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3542&Itemid=394	
3. INCIDENTES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	
Relatório (conforme Ato 152/2018): https://docs.google.com/document/d/1rYNp7YLhBqw4V9ZljludibdX36O9D2-g3P-dJXRvU/edit?usp=sharing	Cientes.
4. IMPACTOS NA SETIC DO TELETRABALHO EM GRANDE ESCALA (100%) E MEDIDAS ADOTADAS	
4.1 Aumento no número de chamados de microinformática (fornecimento de equipamentos e orientações) . -Foi deslocado um servidor do NGTIC para a DSSUTIC para reforçar a equipe, durante esse período de acomodação. -Estamos recebemos feedbacks positivos quanto ao atendimento da SETIC aos teletrabalhadores. -Foram publicados vídeos e tutoriais com o propósito de auxiliar os Servidores e Magistrados. https://extranet.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3542&Itemid=394 - Todas as áreas da SETIC estarão disponíveis por hangouts, inclusive para videoconferência; -Ampliado o atendimento pelo hangouts de dois canais (centraldeservicos01@trt7.jus.br e centraldeservicos02@trt7.jus.br) para 10 canais (centraldeservicos03@trt7.jus.br centraldeservicos10@trt7.jus.br	Cientes.
4.2 - Os servidores da SETIC estão dedicados ao provimento de formas de acesso remoto para os teletrabalhadores temporários, conforme Ato nº 02/2020 -	Cientes.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

<p>-VPN para acesso à sistemas web e pastas de rede</p> <p>-Solução de contorno para SPE (SETIC dispara diariamente emails automáticos para a VT's com os dados extraídos do PJe e o teletrabalhadores encaminham os dados para o sistema dos correios).</p> <p>-Autorização de uso do AUD por meio da rede externa (CEJUSC e VT's). Disponibilizado computador do TRT para a servidora Ilania do CEJUSC, em sua residência. Enviado instruções de uso do google meeting para a Dra. Karla Yacy.</p> <p>-BACEN pode ser usado normalmente, mesmo perdendo o uso massivo pelo SABB.</p> <p>-Liberado acesso externo ao GEMINI</p> <p>obs: não há licenças de Gabinete Virtual para atender toda demanda. A destinação das licenças atuais está sendo realizada pela Diretoria Geral. Aquisição de licenças de software para renovação e ampliação dessa solução foi colocado com prioridade alta.</p>	
<p>4.3 Aquisição de licenças de software para renovação e ampliação da solução de gabinete virtual, já presente no plano de contratações de 2020, está em andamento para atender demanda de teletrabalho.</p>	Cientes
<p>4.4 - Rodízio de fita (backup), por ser presencial, foi reduzido de 5 para 2 dias úteis por semana. Explicação das consequências e a autorização da redução foi realizada por email.</p>	Cientes
<p>4.5 Realizada reunião, em 28/04, do Comitê Gestor de TIC Secretário Geral da Presidência análise das demandas de audiências e sessões telepresenciais. Análise da minuta do Ato do TRT7.</p> <p>Atos relacionados: Ato 11/2020 CGJT, Resolução 314/2020 CNJ, Ato Conjunto 05/2020 CSJT.GP.GVP.CGJT</p>	Cientes





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

4.6 Participação da reunião da SGP com o Assessores dos Gabinetes, para orientar e apoiar os mesmos na realização de testes de videoconferência com o Desembargador (simular sessão telepresencial) https://docs.google.com/spreadsheets/d/11Dwt4plQwYEafwxcDt_poO_QKM8iNbjWy3c5hUN0Lt0/edit#gid=0	Cientes
4.7 Mudança no eGestão (após consulta à SECOR) para continuar contando prazos para o Magistrados, pois o PJe não distingue a suspensão de prazos das partes com a do Magistrado.	Cientes
4.8 Criação e execução de método para extração de dados para o banner de produtividade do TRT7 durante a pandemia.	Cientes
4.9 Criação e execução de método para extração de dados para envio de notificação à Presidência decisões, sentenças e acórdãos em processos com assunto COVID-19.	Cientes
4.10 Análise e manifestação quando a necessidade de que os contratos continuados de TIC permanecem na íntegra durante a PANDEMIA	Cientes
4.11 SETIC executou testes na plataforma de videoconferência WEBEX fornecida gratuitamente (apenas durante a pandemia) pela CISCO ao Poder Judiciário. Em síntese, tem mais recursos que o google meet, mas isso, smj, não justifica a migração no TRT7, especialmente pela possibilidade de descontinuar após o período gratuito.	Cientes
4.12 - A SETIC executou testes para eventual adoção do PJe Mídias. Entende que deve ser adotado pelas VT's para dar publicidade à gravação das audiências. CNJ irá se responsabilizar pelo armazenamento durante a pandemia. Após esse período o TRT7 deverá adotar solução local (storage e instalação do pje midias)	Cientes
5. Inclusão de arquivos de áudio e vídeo nos processos PJe. (ITEM NÃO APRECIADO NA REUNIÃO DE 13/11/2019)	
Dar ciência da decisão da Presidência no PROAD 5182/2019	Cientes





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Comitê Governança de Tecnologia da Informação

6. Sustentação oral à distância para processos do interior nas sessões da segunda instância. (ITEM NÃO APRECIADO NA REUNIÃO DE 13/11/2019)	
Situação: Pendente a instalação física da câmera no teto e a ativação da alimentação elétrica da câmera pelo no ponto de rede (PoE). Feito isso, deverá haver a capacitação. O ponto foi instalado e a interligação da rede do TRT7 com a rede do CFTV não será mais necessária. A reforma da sala foi terminada.	Cientes.
7. Instalação das webcam, microfone e caixa de som (uso pequenos grupos)	Cientes.
Foram adquiridos 10 conjuntos. A distribuição está definida no ETP. Está em processo de pagamento e incorporação patrimonial. Contempla as salas de videoconferência do Tribunal.	Distribuição após o retorno ao trabalho presencial.

Fortaleza-CE, 06 de maio de 2020

_____proad_____

Reginaldo Dupim

